

Políticos se esforçam para chegar ao estrelato na CPI

Equipes de assessores ajudam a preparar deputados para os interrogatórios

GUILHERME EVELIN
e JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — Todo mundo quer, mas nem todo mundo pode. Para se tornar uma estrela da CPI do Orçamento, é preciso, antes de tudo, ter uma grande estrutura de apoio, que deve incluir especialistas em orçamento, receita, bancos, analistas de sistema e o indispensável telefone celular dentro da sessão, para informações de última hora.

Para os novatos, as chances de aparecer são reduzidas. No ano passado, na CPI do caso PC, uma média de 15 parlamentares se inscrevia para discursar e fazer perguntas nos depoimentos. Na CPI do Orçamento, o número de inscritos passa de 30 nas sessões corriqueiras e de 40 em sessões que chamam muito a atenção. De todos os parlamentares que participam dos interrogatórios, menos de 10 se destacam pela objetividade ou relevância das perguntas.

O deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) usa a estrutura a que tem direito como líder do partido na Câmara e ainda conta com dois especialistas em orçamento emprestados pelo governador gaúcho, Alceu Collares (PDT). Salomão é da subcomissão de emendas da CPI, mas tem assessores em outras comissões e dá palpites em todas. Chegou a se desentender com o coordenador da subcomissão de receita e evolução patrimonial, senador José Paulo Bisol (PSB-RS), porque pegou sem avisar a declaração de renda do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE).

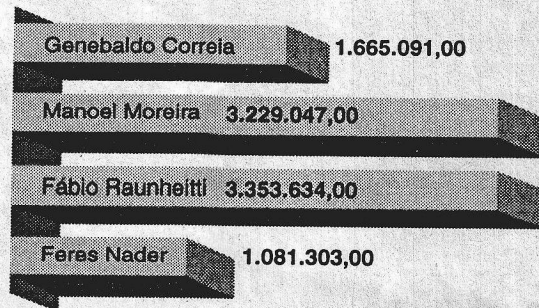
José Dirceu (PT-SP) é um dos mais temidos. "Não gostaria nunca de tê-lo como meu inquisidor",

costuma dizer o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA). Como fazia na CPI do caso PC, Dirceu investe dinheiro próprio para manter uma estrutura informal de arapongas com ramificações em vários pontos do País e que inclui um especialista em bancos e outro em aviação. Seu colega de partido, o senador Eduardo Suplicy (SP), recebe dos assessores antes de cada depoimento um roteiro minucioso de perguntas, que chega ao ponto de oferecer réplicas, tréplicas e novas questões para cada resposta possível à pergunta inicial.

Esses cuidados são importantes, mas também mostram que há na CPI uma verdadeira guerra pela informação. O palco central da batalha é a subcomissão de bancos, encarregada de examinar as contas bancárias dos suspeitos. Seu trabalho tem enfrentado dificuldades pelo volume de material a ser analisado: até agora, a CPI nem pediu ao Banco Central as contas das empreiteiras teoricamente sob investigação, e por falta de tempo ainda nem olhou as contas de alguns dos parlamentares que já prestaram depoimento. A CPI só concluiu os cálculos da movimentação bancária de quatro dos suspeitos (veja gráfico).

Contas milionárias

Total de depósitos recebidos desde de 1989 - em US\$



AMADORES REPETEM PERGUNTAS E CITAM VIEIRA

O trabalho da CPI é difícil e o jogo não é para amadores. Há na comissão parlamentares que até atrapalham. Teimam em gastar sempre os dez minutos a que têm direito ao microfone. Muitas vezes, gastam a paciência do presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA). No depoimento do economista José Carlos Alves dos Santos, o pivô do escândalo, o deputado Costa Ferreira (PP-MA) chegou atrasado e começou a repetir perguntas que já tinham sido feitas pelos colegas. Foi advertido por Passarinho, mas insistiu: "Eu não sei o que falam, pois não estava aqui. Vou fazer as perguntas que quiser."

O deputado Nelson Trad (PTB-MS) abre suas participações com um discurso gongórico, recheado de citações do padre Antônio Vieira ou de colegas que o antecederam. De vez em quando, solta um "data venia". Gasta um tempão com isto. Quando chega a hora de perguntar, é genérico e pouco objetivo — o interrogado aproveita a oportunidade e dá respostas longas e genéricas. Mas até parlamentares bem preparados cometem deslizes. Suplicy é um exemplo. O senador comprou do analista de sistemas Álvaro Lins um programa de computador que ajuda mu-

ito no exame do Orçamento. O problema é que Lins foi indiciado recentemente pela Polícia Federal. Ele é acusado de ter pago a PC Farias para instalar o computador que o ex-presidente Fernando Collor usava em seu gabinete no Palácio.

A situação de cada um

O que pode acontecer com os deputados que já foram ouvidos pela CPI do Orçamento



JOÃO ALVES

Acusação — Chefou um esquema de corrupção que manipulava verbas do Orçamento-Geral da União em troca de propinas de empreiteiras e entidades beneficentes

Defesa — Negou a existência do esquema. Disse que ficou rico na loteria e com ajuda de Deus

Futuro — Deve ser cassado. A CPI descobriu que ele usou a loteria para lavar dinheiro ilegal e sua movimentação bancária é incompatível com o salário de deputado



MANOEL MOREIRA

Acusação — Recebeu depósitos incompatíveis com sua renda, omitiu parte do patrimônio nas declarações de bens e enviou verbas para obras inexistentes. A ex-mulher o acusou de enriquecimento ilícito

Defesa — Negou envolvimento com o esquema de corrupção, não explicou a movimentação bancária e disse que é vítima da ex-mulher, com quem disputa o patrimônio na Justiça, no processo de separação

Futuro — Deve ser cassado



RICARDO FIÚZA

Acusação — Atuou no esquema no Congresso e como ministro da Ação Social. Incluiu emendas no Orçamento de 92 ilegalmente, depois da aprovação em plenário

Defesa — Negou as alterações, que estão comprovadas por documentos. Até hoje não explicou à CPI a origem do seu patrimônio

Futuro — Pode ser cassado. Há irregularidades em suas declarações de bens, segundo a CPI, que ainda não examinou suas contas bancárias

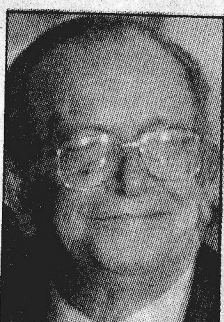


FERES NADER

Acusação — Sua rede de faculdades particulares no Rio recebeu US\$ 7 milhões do Orçamento da União e uma entidade fantasma dirigida pela família, mais US\$ 1,9 milhão em subvenções sociais

Defesa — Disse que cobra mensalidade baixa dos alunos graças às verbas federais e negou irregularidades na entidade da família, que já foi condenada pela Justiça

Futuro — Deve ser cassado. Não convenceu ninguém na CPI



CID CARVALHO

Acusação — Conseguiu verbas federais para entidades dirigidas por ele mesmo e até para seu escritório político. Recebeu pelo menos US\$ 10 mil em cheques de João Alves

Defesa — Negou participação no esquema de corrupção. Disse que emprestou dinheiro a João Alves e que suas entidades fazem trabalho filantrópico e são importantes para a comunidade local

Futuro — Deve ser cassado. Não convenceu ninguém



FÁBIO RAUNHEITTI

Acusação — Em quatro anos, US\$ 14,9 milhões do Orçamento foram enviados para 11 entidades ligadas ao deputado, incluindo faculdades particulares e hospitais do Rio que enfrentam processos na Justiça

Defesa — Alegou que as faculdades e hospitais são dirigidas por familiares, sem sua participação direta ou ingerência, e disse que mal conhece o deputado João Alves

Futuro — Deve ser cassado. Não convenceu ninguém



JOSÉ GERALDO RIBEIRO

Acusação — Enviou dinheiro para entidades que funcionam no escritório de uma de suas empresas, para suas próprias empreiteiras e para construtoras amigas

Defesa — Admitiu que mandou dinheiro para suas entidades e empresas. Não soube explicar os depósitos que recebeu em uma das contas bancárias investigadas pela CPI

Futuro — Deve ser cassado. Seu depoimento foi interpretado pela CPI como uma confissão



SÉRGIO GUERRA

Acusação — Incluiu emendas no Orçamento de 92 ilegalmente, depois que ele já tinha sido aprovado pelo plenário do Congresso

Defesa — Negou a inclusão das emendas, mas não conseguiu contestar os documentos que comprovam que a irregularidade ocorreu

Futuro — Indefinido. A CPI achou convincente o depoimento de Guerra e até agora não encontrou nada errado em suas declarações de bens e contas bancárias

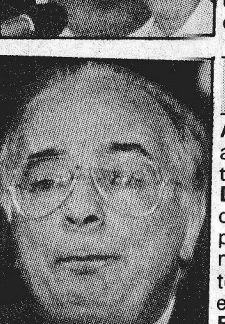


GENEBALDO CORREIA

Acusação — Ex-integrante da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, recebeu em suas contas um volume de depósitos incompatível com o salário de deputado

Defesa — Afirmou que os depósitos eram doações de amigos e empresas para suas campanhas eleitorais e negou envolvimento com o esquema de corrupção do Orçamento

Futuro — Deve ser cassado. Para a CPI, a confissão de crime eleitoral foi uma estratégia de despiste



JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS

Acusação — Aliado de Collor, é apontado como um dos homens fortes das empreiteiras no Congresso

Defesa — Negou ligação com o esquema. Admitiu, como Guerra, que pediu ajuda do DNER para preparar na Comissão de Orçamento seu relatório sobre verbas para estradas. Não explicou as contas bancárias

Futuro — Indefinido. A CPI gostou do depoimento, mas ainda vai investigar a ligação do DNER com o lobby das empreiteiras